



# POLÍTICA DE INVESTIMENTOS EXERCÍCIO: 2020

**PUBLICAÇÃO OFICIAL**  
Publicado em 13/12/2019  
No site oficial do IPESC  
Site: [www.ipesc.com.br](http://www.ipesc.com.br)

*Douglas M. Farias*  
Assinatura do Servidor

Douglas Moreira Farias  
Diretor Executivo do IPESC  
Dec. Nº 5.538/2017 - Mat. Nº 0291

*Minuta de Política de Investimento produzida com apoio técnico pela LDB Consultoria Financeira LTDA – EPP.*

É proibida a reprodução e/ou utilização de todo ou parte desta publicação por qualquer via, tal como digitalização, impressão, cópia ou outras formas por não clientes da empresa sem prévia autorização do detentor dos direitos de autor.

*Mobima*  
*medianeira*  
*CR*

## Índice

1. Introdução .....	3
2. Definições .....	3
3. Gestão Previdenciária (Pró Gestão).....	3
4. Comitê de Investimentos .....	4
5. Consultoria de Investimentos .....	5
6. Diretrizes Gerais .....	5
7. Modelo de Gestão .....	6
8. Segregação de massa.....	6
9. Meta de Retorno Esperado .....	6
10. Carteira Atual .....	7
11. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.....	7
12. Cenário .....	8
13. Alocação Objetivo .....	10
14. Apreçamento de ativos financeiros.....	11
15. Gestão de Risco .....	11
16. Considerações Finais .....	15

*Abbiama*  
*Alc. Bley*  
*M. Bley*  
*Abbiama*

## 1. Introdução

O Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos do Município de São José do Calçado-ES, IPESC, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei nº 1262/2004 e Resolução CMN nº 3.992/2010 e suas alterações, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). A presente Política de Investimentos foi discutida e aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência do IPESC na reunião ordinária que ocorreu em 12/12/2019.

## 2. Definições

**Ente Federativo:** Município de São José do Calçado-ES

**Unidade Gestora:** Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos do Município de São José do Calçado-ES, IPESC

**CNPJ:**

- Fundo Previdenciário: 28.674.433/0001-41
- Fundo Financeiro: 28.674.423/0001-06

**Meta de Retorno Esperada:** IPCA + 5,89%

**Categoria do Investidor:** Geral

## 3. Gestão Previdenciária (Pró Gestão)

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MPS Nº 185 de 14 de maio de 2015, tem por objetivo incentivar o Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos do Município de São José do Calçado-ES, IPESC a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório do Instituto cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, com as responsabilidades bem definidas compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimentos (P.I.), que deve submetê-la para aprovação ao Conselho Municipal de Previdência, o agente superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da

Instituição. Ainda de acordo com os normativos, esta P.I. Estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste RPPS, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

#### 4. Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MPS nº 440/13 e o Decreto Municipal nº 5609/2017, o Comitê de Investimento do Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos do Município de São José do Calçado-ES, IPESC é formado por servidores ativos efetivos lotados no Instituto, possuindo caráter consultivo. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta política de investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho Municipal de Previdência.

O comitê de investimento é formado por 03 membros conforme disposto abaixo:

Certificação Profissional	Quantidade de Membros Certificados
ANBIMA – Série 10 (CPA – 10)	01
APIMEC- Certificação de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social (CGRPPS)	01
Servidor com experiência comprovada em gestão previdenciária e financeira de no mínimo 02(dois) anos, ou certificado de aprovação em exame de certificação desenvolvido por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.	01

*Maxima*  
*Maxima*  
*Maxima*

## 5. Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o RPPS no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado e do enquadramento das aplicações dos recursos, de acordo com o Art. 18 da Resolução CMN nº 3.922. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários.

EMPRESA	Nº do Contrato	Validade
LDB Consultoria Financeira LTDA – EPP	004/2019	24/07/2019 a 24/07/2020

## 6. Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta P.I. Buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do RPPS, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos traçados.

**Esta P.I. Entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020.** O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2020.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações e a Portaria MPS nº 519/11 e alterações que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos do Município de São José do Calçado-ES, IPESC

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o Instituto deverá comunicar oficialmente a Secretária de Previdência do Ministério da Fazenda.

*Assinaturas manuscritas:*  
Márcia Lima  
Alcides  
Márcia Lima  
Márcia Lima

## 7. Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos de acordo com o Artigo 3º, §5º, Inciso II da Portaria MPS nº 519/11 e alterações do Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos do Município de São José do Calçado-ES, IPESC, será própria, ou seja, o RPPS realizará diretamente a execução da P.I. de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos e respeitados os parâmetros da legislação e definidos nesta P.I.

## 8. Segregação de massa

O Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos do Município de São José do Calçado-ES, IPESC possui segregação de massa do seu plano de benefícios desde 27/12/2004.

A Segregação de massa de segurados de um RPPS é uma separação desses segurados em dois grupos distintos, a partir da definição de uma data de corte, sendo um grupo intitulado de **plano financeiro** e o outro de **plano previdenciário**. Essa data de corte não poderá ser superior a data de implementação da segregação.

O Plano Financeiro é um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de Fundo Financeiro.

O Plano Previdenciário é um sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente segundo conceitos dos regimes financeiros de Capitalização, Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples.

## 9. Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2020 o Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos do Município de São José do Calçado-ES, IPESC prever que o seu retorno esperado será no mínimo o IPCA acrescido de uma taxa de juros de 5,83%.

*Maxima*  
*Maximiliano*  
*Maximiliano*  
*Maximiliano*

## 10. Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data **30/11/2019**.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (Resolução CMN N° 3.992/11)	CARTEIRA
Renda Fixa	100%	91,62%
Renda Variável	10%	8,38%

## 11. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos do Município de São José do Calçado-ES, IPESC e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- A alocação dos recursos nos diversos segmentos;
- Os limites máximos de aplicação em cada segmento e prazos de vencimentos dos investimentos,
- A escolha por ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos; dentre outros.

*Alcides*  
*Alcides*  
*Alcides*  
*Alcides*  
*Alcides*

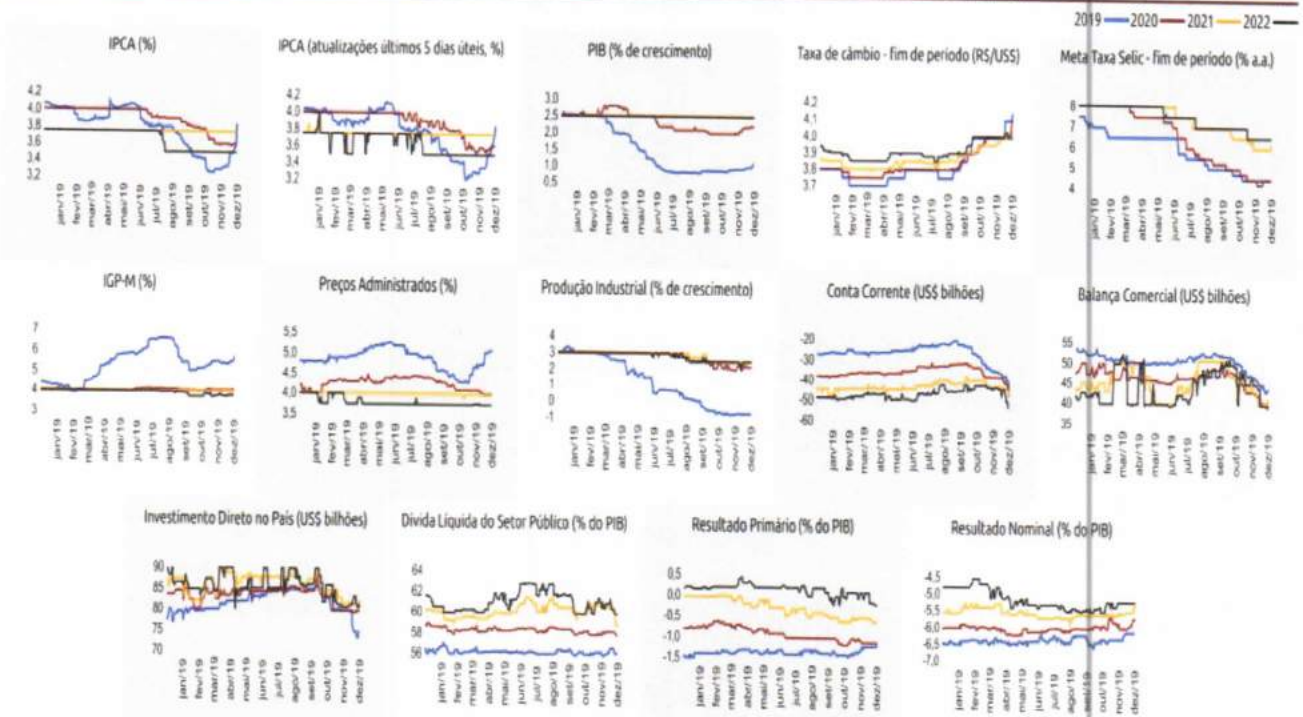
## 12. Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer. O cenário utilizado corresponde ao **Boletim Focus (06/12/2019)** que representa a média das expectativas dos principais agentes de mercado.



Mediana - Agregado	2019					2020					2021					2022				
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp.**	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp.**	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp.**	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Resp.**
IPCA (%)	3,31	3,52	3,04	▲ (5)	121	3,60	3,60	3,60	● (6)	119	3,75	3,75	3,75	● (52)	100	3,50	3,50	3,50	● (19)	91
IPCA (atualizações últimos 5 dias úteis, %)	3,35	3,61	3,06	▲ (3)	95	3,60	3,60	3,61	▲ (2)	94	3,75	3,75	3,75	● (47)	79	3,50	3,50	3,50	● (19)	73
PIB (% de crescimento)	0,92	0,99	1,10	▲ (1)	74	2,00	2,22	2,24	▲ (5)	74	2,50	2,50	2,50	● (143)	56	2,50	2,50	2,50	● (85)	51
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	4,00	4,10	4,15	▲ (1)	100	4,00	4,01	4,10	▲ (2)	103	3,97	4,00	4,00	● (3)	83	4,00	4,00	4,00	● (1)	77
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)	4,50	4,50	4,50	● (7)	100	4,50	4,50	4,50	● (2)	106	6,00	6,00	6,25	▲ (1)	87	6,50	6,50	6,50	● (6)	80
IGP-M (%)	5,50	5,52	5,79	▲ (2)	69	4,07	4,07	4,14	▲ (1)	67	4,00	4,00	4,00	● (123)	48	3,00	3,00	3,00	● (1)	42
Preços Administrados (%)	4,70	5,07	5,10	▲ (8)	37	4,10	4,00	4,00	● (2)	37	4,00	4,00	4,00	● (123)	30	3,75	3,75	3,75	● (35)	27
Produção Industrial (% de crescimento)	-4,70	-4,70	-4,70	● (2)	17	2,16	2,20	2,20	● (1)	16	2,50	2,50	2,50	● (12)	13	2,50	2,50	2,50	● (12)	13
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-34,70	-37,00	-44,97	▼ (13)	27	-37,75	-40,00	-47,50	▼ (2)	27	-42,00	-43,50	-46,00	▼ (3)	21	-43,00	-45,50	-53,00	▼ (1)	18
Balança Comercial (US\$ bilhões)	47,00	43,50	43,60	▲ (1)	28	42,95	40,00	38,95	▼ (5)	28	43,00	43,50	43,00	▲ (2)	21	45,00	40,00	40,00	● (1)	17
Investimento Direto no País (US\$ bilhões)	80,00	75,00	75,00	● (1)	27	80,00	80,00	80,00	● (7)	27	81,40	81,00	81,40	▲ (1)	21	80,75	82,00	80,79	▼ (1)	19
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	56,00	56,70	56,10	▼ (1)	25	58,30	58,30	58,00	▼ (1)	25	60,00	60,00	60,00	▼ (2)	22	61,00	60,50	60,00	▼ (2)	18
Resultado Primário (% do PIB)	-1,20	-1,20	-1,10	▲ (1)	28	-1,10	-1,10	-1,10	● (4)	28	-0,50	-0,60	-0,60	● (1)	24	0,10	-0,15	-0,20	▼ (1)	20
Resultado Nominal (% do PIB)	-4,30	-4,10	-4,10	● (2)	22	-5,90	-5,89	-5,65	▲ (2)	22	-5,55	-5,30	-5,30	▲ (1)	19	-5,20	-5,20	-5,20	● (4)	15

\* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento \*\* número de respostas na amostra mais recente



Focus - Relatório de Mercado

*Boletim Focus*  
*Alcides*  
*Alcides*  
*Alcides*



19. O Copom avalia que a conjuntura econômica com expectativas de inflação ancoradas, medidas de inflação subjacente em níveis confortáveis, cenários com projeções para a inflação abaixo ou ligeiramente abaixo da meta para o horizonte relevante de política monetária e elevado grau de ociosidade na economia prescreve política monetária estimulativa, ou seja, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural. Os membros do Copom avaliam que as atuais taxas de juros reais *ex-ante* têm efeito estimulativo sobre a economia.

20. O Comitê reitera sua visão de que a continuidade do processo de reformas e a perseverança nos ajustes necessários na economia brasileira são essenciais para permitir a consolidação da queda da taxa de juros estrutural, para o funcionamento pleno da política monetária e para a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta ainda que a percepção de continuidade da agenda de reformas afeta as expectativas e projeções macroeconômicas correntes.

21. Na sequência, os membros do Copom avaliaram a decisão de política monetária adequada, tendo em vista a evolução do cenário básico e do balanço de riscos desde sua reunião em setembro (225ª reunião). Todos concluíram pela redução da taxa Selic para 5,00% a.a.

22. O Copom debateu, então, a conveniência de oferecer alguma perspectiva sobre possíveis cenários para a política monetária. Decidiu comunicar sua avaliação de que a consolidação do cenário benigno para a inflação prospectiva deverá permitir um ajuste adicional, de igual magnitude, no grau de estímulo monetário. Em seguida, o Comitê discutiu os benefícios de oferecer alguma sinalização para além da próxima reunião. Os membros do Copom decidiram reforçar que o atual estágio do ciclo econômico recomenda cautela em eventuais novos ajustes no grau de estímulo.

23. Tendo em vista sua preferência por explicitar condicionalidades sobre a evolução da política monetária, o que melhor transmite a racionalidade econômica que guia suas decisões, o Copom julgou ser fundamental reiterar que a comunicação dessa avaliação não restringe suas próximas decisões e enfatizar que os próximos passos da política monetária continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação.

#### D) Decisão de política monetária

24. Considerando o cenário básico, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu, por unanimidade, pela redução da taxa básica de juros para 5,00% a.a. O Comitê entende que essa decisão reflete seu cenário básico e balanço de riscos para a inflação prospectiva e é compatível com a

convergência da inflação para a meta no horizonte relevante para a condução da política monetária, que inclui o ano-calendário de 2020 e, em menor grau, o de 2021.

25. O Copom reitera que a conjuntura econômica prescreve política monetária estimulativa, ou seja, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural.

26. O Copom avalia que o processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira tem avançado, mas enfatiza que perseverar nesse processo é essencial para permitir a consolidação da queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta ainda que a percepção de continuidade da agenda de reformas afeta as expectativas e projeções macroeconômicas correntes.

27. Na avaliação do Copom, a evolução do cenário básico e do balanço de riscos prescreve ajuste no grau de estímulo monetário, com redução da taxa Selic em 0,50 ponto percentual. O Comitê avalia que a consolidação do cenário benigno para a inflação prospectiva deverá permitir um ajuste adicional, de igual magnitude. O Copom entende que o atual estágio do ciclo econômico recomenda cautela em eventuais novos ajustes no grau de estímulo. O Copom reitera que a comunicação dessa avaliação não restringe suas próximas decisões e enfatiza que os próximos passos da política monetária continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação.

28. Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Roberto Oliveira Campos Neto (Presidente), Bruno Serra Fernandes, Carolina de Assis Barros, Fernanda Feitosa Nechio, João Manoel Pinho de Mello, Maurício Costa de Moura, Otávio Ribeiro Damaso e Paulo Sérgio Neves de Souza.

5

Nesse cenário exposto acima, o Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos do Município de São José do Calçado-ES, IPESC está com a sua carteira de investimentos aderente aos indicadores, podendo assim capitalizar a rentabilidade dos seus principais fatores de riscos investidos e se manter aderente também a meta de rentabilidade proposta.

*Assinaturas manuscritas em azul.*

### 13. Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

TIPO DE ATIVO	LIMITE LEGISLAÇÃO	LIMITE INFERIOR	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE SUPERIOR	ENQUADRAMENTO
TÍTULOS PÚBLICOS	100,00%				Art. 7º, I, "a"
FUNDOS 100% TÍTULOS PÚBLICO - REFERENCIADO	100,00%	00	69%	100%	Art. 7º, I, "b"
FUNDOS DE ÍNDICE 100% TÍTULOS PÚBLICOS - REFERENCIADO	100,00%				Art. 7º, I, "b"
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	5,00%				Art. 7º, II
FUNDOS RENDA FIXA REFERENCIADOS	60,00%				Art. 7º, III, "a"
FUNDOS DE ÍNDICE RENDA FIXA REFERENCIADOS	60,00%				Art. 7º, III, "b"
FUNDOS DE RENDA FIXA	40,00%	0	15%	40%	Art. 7º, IV, "a"
FUNDOS DE ÍNDICE DE RENDA FIXA	40,00%				Art. 7º, IV, "b"
LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS	20,00%				Art. 7º, V, "b"
CÉDULA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	15,00%				Art. 7º, VI, "a"
POUPANÇA	15,00%				Art. 7º, VI, "b"
COTA SÊNIOR - FIDC	5,00%				Art. 7º, VII, "a"
FUNDOS RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO"	5,00%				Art. 7º, VII, "b"
FUNDO DE DEBÊNTURES	5,00%				Art. 7º, VII, "c"
FUNDOS DE AÇÕES REFERENCIADOS	30,00%	00	2%	30%	Art. 8º, I, "a"
FUNDOS DE ÍNDICES REFERENCIADOS	20,00%	00	2%	20%	Art. 8º, I, "b"
FUNDOS DE AÇÕES	20,00%	00	2%	20%	Art. 8º, II, "a"
FUNDOS DE ÍNDICES DE AÇÕES	20,00%				Art. 8º, II, "b"
FUNDOS MULTIMERCADOS	10,00%	00	10%	10%	Art. 8º, III
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES	5,00%				Art. 8º, IV, "a"
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	5,00%				Art. 8º, IV, "b"
FUNDOS DE AÇÕES-MERCADO DE ACESSO	5,00%				Art. 8º, IV, "b"
RENDA FIXA-DÍVIDA EXTERNA	10,00%				Art. 9º-A, I
FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10,00%				Art. 9º-A, II
AÇÕES-BDR NÍVEL 1	10,00%				Art. 9º-A, III

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme descrito no item 13.

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Maurício' and 'F. M. S. B. S.'.*

O controle de riscos deve ser feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE
Renda Fixa	5 %
Renda Variável	15 %

## 15.2. Risco de Crédito

### 15.2.1. Abordagem Qualitativa

A Instituição utilizará para essa avaliação do risco os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características.

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo rating de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
<b>PRAZO</b>	-	<b>Longo prazo</b>	<b>Longo prazo</b>
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA
LF Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento, desde que observadas as seguintes condições:

*Alcides*  
*Alcides*  
*Alcides*  
*Alcides*

- Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo;
- Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada a como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;
- O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

### 15.3. **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. **Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);**
- B. **Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).**

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

#### A. *Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)*

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

#### B. *Redução de demanda de mercado (Ativo)*

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no seguinte indicador:

- Percentual da carteira que pode ser negociada;

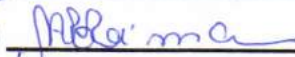
O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	90%
De 30 dias a 365 dias	0%
Acima de 365 dias	0%

*Alcides*  
*Alcides*  
*Alcides*  
*Alcides*

## CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA:

José Antônio Costa  \_\_\_\_\_

Maria Aparecida Lazarini Lima  \_\_\_\_\_

Alceni Firmino de Souza  \_\_\_\_\_

Maria Blandina Gomes Bareli  \_\_\_\_\_

Miriam Pimentel Gonçalves \_\_\_\_\_

## COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

  
Laylla Cristina Fernandes Costa

Presidente do COMINV

Portaria IPESC Nº 1156/2017

Profissional Certificado ANBIMA CPA10

  
Douglas Moreira Farias

Portaria IPESC Nº 1156/2017

Profissional Certificado APIMEC-CGRPPS Nº 3904

  
Jobek Moreira Ferreira

Portaria IPESC Nº 1308/2019